

ANA CAROLINA SQUIZZATO

DIREITO  
**FINANCEIRO**  
e **ECONÔMICO**

- Quadros sinóticos e esquemas
- Questões de concursos públicos
- Jurisprudência dos tribunais superiores
- Abordagem das matérias que compõem os editais dos principais concursos públicos
- Capítulo específico sobre Proteção ao Consumidor



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright © 2013 by*

**EDITORA MÉTODO LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714  
[metodo@grupogen.com.br](mailto:metodo@grupogen.com.br) | [www.editorametodo.com.br](http://www.editorametodo.com.br)

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Squizzato, Ana Carolina

Direito financeiro e econômico / Ana Carolina Squizzato – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

ISBN 978-85-309-4338-7

1. Direito financeiro - Brasil. 2. Direito econômico - Brasil. I. Título.

12-3395.

CDU: 346(81)

# SUMÁRIO

## PARTE I DIREITO FINANCEIRO

<b>CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>3</b>
1.1 Conceito de Direito Financeiro .....	3
1.2 Competência para legislar sobre Direito Financeiro .....	4
1.2.1 Constituição Financeira.....	5
1.2.2 Matérias reservadas à lei complementar .....	6
1.2.3 Rigidez do Direito Financeiro .....	6
1.3 Questões .....	7
<b>CAPÍTULO 2 – DESPESA PÚBLICA.....</b>	<b>9</b>
2.1 Conceito e características .....	9
2.2 Classificação das despesas públicas .....	10
2.2.1 Classificações doutrinárias .....	10
2.2.1.1 Quanto à previsão orçamentária .....	10
2.2.1.2 Quanto à competência do ente.....	10
2.2.1.3 Quanto à natureza .....	10
2.2.1.4 Quanto à regularidade.....	10
2.2.2 Classificação legal ou segundo a categoria econômica (Lei 4.320/1964) .....	11
2.2.2.1 Despesas correntes.....	11
2.2.2.2 Despesas de capital .....	12
2.2.3 Quadro sinótico – Classificação das despesas públicas .....	14
2.3 Execução das despesas públicas.....	14
2.3.1 Estágios da despesa .....	14
2.3.1.1 Previsão orçamentária da despesa (art. 167, I e II, CF) e obediência ao procedimento licitatório (art. 37, XXI, CF).....	15

2.3.1.2	Empenho .....	15
2.3.1.3	Liquidação .....	16
2.3.1.4	Pagamento .....	17
2.3.1.5	Quadro sinótico – Estágios da despesa .....	17
2.3.2	Suprimento de fundos / adiantamento / reembolso .....	17
2.4	Contabilidade das despesas .....	18
2.4.1	Restos a pagar ou resíduos passivos .....	19
2.4.2	Despesas de exercícios anteriores .....	19
2.4.3	Anulação de despesas .....	19
2.5	Limitações às despesas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal .....	20
2.5.1	Limitação de empenho .....	20
2.5.2	Geração de despesas .....	21
2.5.3	Limitações às transferências voluntárias .....	22
2.5.4	Limitações à destinação de recursos públicos ao setor privado .....	23
2.5.5	Limitações às obrigações contraídas em final de mandato ...	24
2.5.6	Limites para despesas com seguridade social .....	24
2.5.7	Limites para despesas com pessoal .....	24
2.5.7.1	Quadro sinótico .....	29
2.6	Despesas constitucionais obrigatórias .....	30
2.7	Questões .....	31
<b>CAPÍTULO 3 – RECEITAS PÚBLICAS .....</b>		<b>33</b>
3.1	Conceito de receita pública .....	33
3.2	Classificação das receitas .....	34
3.2.1	Quanto à origem dos recursos ou coercitividade .....	34
3.2.2	Quanto à periodicidade, regularidade ou uniformidade .....	35
3.2.3	Quanto ao impacto ou afetação patrimonial .....	36
3.2.4	Quanto à natureza ou inclusão no orçamento .....	36
3.2.5	Classificação legal ou quanto às categorias econômicas .....	37
3.2.5.1	Receitas correntes .....	37
3.2.5.2	Receitas de capital .....	38
3.2.5.3	Quadro sinótico – Classificação legal das receitas .....	40
3.3	Execução orçamentária ou estágios da receita .....	40
3.3.1	Previsão .....	40

3.3.2 Lançamento .....	40
3.3.3 Arrecadação.....	41
3.3.4 Recolhimento .....	42
3.3.5 Quadro sinótico – Estágios da receita .....	42
3.4 Disposições relevantes da LRF .....	42
3.4.1 Responsabilidade na gestão fiscal .....	42
3.4.2 Previsão de receita.....	43
3.4.3 Renúncia de receita .....	44
3.4.3.1 Quadro sinótico – Renúncia de receita .....	45
3.5 Questões .....	46
<b>CAPÍTULO 4 – CRÉDITOS ADICIONAIS .....</b>	<b>49</b>
4.1 Introdução e conceito .....	49
4.2 Classificação dos créditos adicionais .....	49
4.2.1 Créditos suplementares .....	50
4.2.2 Créditos especiais.....	51
4.2.3 Créditos extraordinários.....	51
4.2.4 Quadro sinótico – Créditos adicionais .....	53
4.3 Questões .....	54
<b>CAPÍTULO 5 – ORÇAMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>57</b>
5.1 Origem do orçamento.....	57
5.2 Conceito de orçamento.....	57
5.3 Constituição orçamentária.....	58
5.4 Natureza jurídica do orçamento .....	58
5.4.1 Orçamento como mero ato administrativo.....	58
5.4.2 Orçamento como lei em sentido formal .....	58
5.4.3 Orçamento como lei em sentido material e formal .....	59
5.4.4 Orçamento como lei em relação à receita e ato administrativo no tocante à despesa .....	60
5.4.5 Orçamento como ato-condição .....	60
5.5 Princípios orçamentários .....	61
5.5.1 Princípio da universalidade .....	62
5.5.2 Princípio da exclusividade orçamentária .....	63
5.5.3 Princípio da unidade.....	63
5.5.4 Princípio da legalidade.....	64

5.5.5	Princípio da não afetação ou não vinculação dos impostos	65
5.5.6	Princípio do equilíbrio.....	66
5.5.7	Princípio do orçamento-bruto .....	67
5.5.8	Princípio da anualidade ou da periodicidade .....	67
5.5.9	Princípio da precedência .....	68
5.5.10	Princípio da especificação, especialização ou discriminação .....	69
5.5.11	Princípio da proibição do estorno de verbas .....	70
5.5.12	Princípio da publicidade ou transparência .....	71
5.5.13	Princípio da quantificação ou limitação dos créditos orçamentários.....	71
5.6	Leis orçamentárias .....	72
5.6.1	Espécies.....	72
5.6.1.1	Lei do Plano Plurianual (PPA).....	72
5.6.1.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	73
5.6.1.3	Lei Orçamentária Anual.....	75
5.6.2	Processo legislativo específico .....	76
5.6.2.1	Introdução.....	76
5.6.2.2	Iniciativa .....	76
5.6.2.3	Tramitação e emendas .....	77
5.6.2.4	Rejeição dos projetos de leis orçamentárias .....	78
5.6.2.5	Vedações orçamentárias.....	78
5.6.2.6	Controle concentrado de constitucionalidade das leis orçamentárias.....	79
5.7	Questões .....	80
<b>CAPÍTULO 6 – CRÉDITO PÚBLICO.....</b>		<b>87</b>
6.1	Conceito .....	87
6.2	Natureza jurídica .....	87
6.3	Classificação dos empréstimos públicos .....	88
6.3.1	Quanto à origem ou local de captação dos recursos .....	88
6.3.2	Quanto à forma ou liberdade de contratar.....	88
6.3.3	Quanto ao prazo ou duração do contrato.....	89
6.3.4	Quanto à resgatabilidade.....	89
6.3.5	Quanto à classificação constitucional.....	89
6.4	Limites ao endividamento público .....	90

6.4.1	Limites constitucionais.....	90
6.4.2	Limites na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	91
6.4.2.1	Conceitos fundamentais.....	91
6.4.2.2	Fixação dos limites.....	92
6.4.2.3	Recondução da dívida aos limites.....	93
6.4.2.4	Condições para contratação de operações de crédito.....	94
6.4.2.5	Vedações.....	95
6.4.2.6	Condições para operações de crédito por antecipação de receita (AROs).....	97
6.5	Intervenção.....	98
6.6	Questões.....	98
<b>CAPÍTULO 7 – PRECATÓRIOS.....</b>		<b>101</b>
7.1	Previsão constitucional.....	101
7.2	Conceito.....	101
7.3	Abrangência da expressão “Fazenda Pública”.....	102
7.4	Procedimento.....	103
7.5	Débitos de natureza alimentícia.....	105
7.6	Condenações de pequeno valor.....	106
7.7	Cessão de precatório.....	108
7.8	Penhora e compensação.....	108
7.9	Sequestro e intervenção.....	109
7.10	Regime especial para débitos vencidos e não pagos.....	109
7.11	Correção monetária e juros.....	111
7.12	Questões.....	111
<b>CAPÍTULO 8 – CONTROLE FINANCEIRO.....</b>		<b>113</b>
8.1	Introdução.....	113
8.2	Controle interno.....	113
8.3	Controle externo.....	114
8.3.1	Introdução.....	114
8.3.2	Natureza jurídica do Tribunal de Contas e de suas decisões.....	116
8.3.3	Histórico do Tribunal de Contas.....	117
8.3.4	Jurisdição.....	118

8.3.5	Composição.....	119
8.3.6	Competências constitucionais .....	120
8.3.6.1	Função consultiva .....	120
8.3.6.2	Função judicante.....	121
8.3.6.3	Função de controle de atos de pessoal.....	123
8.3.6.4	Função fiscalizadora .....	125
8.3.6.5	Função informativa.....	127
8.3.6.6	Função sancionadora .....	127
8.3.6.7	Função corretiva .....	128
8.3.6.8	Função de representação.....	129
8.4	Funções infraconstitucionais.....	129
8.5	Funções relacionadas .....	130
8.6	Questões .....	131

**PARTE II**  
**DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO**  
**AO CONSUMIDOR**

<b>CAPÍTULO 1 – ORDEM ECONÔMICA .....</b>	<b>135</b>
1.1 Introdução e conceito de Direito Econômico.....	135
1.2 A ordem econômica no sistema constitucional brasileiro .....	136
1.2.1 Evolução histórico-constitucional.....	136
1.2.2 A Constituição de 1988 como modelo de constituição econômica.....	137
1.2.3 Fundamentos e finalidade .....	137
1.2.4 Princípios da ordem econômica .....	140
1.2.4.1 Soberania nacional.....	140
1.2.4.2 Propriedade privada.....	140
1.2.4.3 Função social da propriedade .....	140
1.2.4.4 Livre concorrência.....	141
1.2.4.5 Defesa do consumidor .....	142
1.2.4.6 Defesa do meio ambiente .....	142
1.2.4.7 Redução das desigualdades regionais e sociais ....	142
1.2.4.8 Busca do pleno emprego.....	143
1.2.4.9 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	143



1.2.5	Quadro sinótico – Fundamentos, finalidade e princípios da Ordem Econômica na CF/1988.....	144
1.2.6	Capital estrangeiro .....	144
1.3	Intervenção do Estado na economia na CF/1988.....	144
1.3.1	Classificação das atividades econômicas .....	146
1.4	Intervenção direta do Estado na atividade econômica .....	147
1.4.1	Atividade econômica em sentido estrito .....	147
1.4.1.1	Segurança nacional e relevante interesse coletivo .....	147
1.4.1.1.1	Entidades empresárias .....	148
1.4.1.2	Monopólio .....	151
1.4.2	Prestação de serviços públicos.....	154
1.4.2.1	Criação de empresas públicas e sociedades de economia mista para prestação de serviços públicos ...	156
1.4.2.2	Classificação dos serviços públicos.....	156
1.4.2.3	Princípios que regem a prestação de serviços públicos .....	157
1.4.2.4	Remuneração do serviço.....	158
1.4.2.5	Quadro sinótico – Serviços públicos .....	159
1.5	Intervenção indireta do Estado na ordem econômica .....	160
1.5.1	Introdução .....	160
1.5.1.1	Quadro sinótico – Formas de intervenção indireta do Estado na economia.....	163
1.5.2	Diretrizes constitucionais e infraconstitucionais.....	163
1.5.2.1	Regulação e autorização para exploração de recursos naturais .....	163
1.5.2.2	Contribuição de intervenção no domínio econômico .....	165
1.5.2.3	Parcerias público-privadas.....	166
1.6	Política urbana.....	167
1.6.1	Introdução .....	167
1.6.2	Função social da propriedade urbana e desapropriação.....	167
1.6.3	Usucapião urbano.....	168
1.6.4	Quadro sinótico – Função social da propriedade urbana ...	169
1.7	Política agrícola e fundiária e reforma agrária.....	169
1.7.1	Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.....	169



1.7.2	Usucapião <i>pro labore</i> .....	170
1.7.3	Reforma agrária.....	170
1.7.4	Quadro sinótico – Função social da propriedade rural.....	171
1.8	Questões .....	172
<b>CAPÍTULO 2 – ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL .....</b>		<b>179</b>
2.1	Introdução .....	179
2.2	Direito Econômico Internacional .....	179
2.2.1	Conceito e características.....	179
2.2.2	Sujeitos da ordem econômica internacional.....	180
2.2.2.1	Estados soberanos.....	180
2.2.2.2	Organizações internacionais ou intergovernamentais .....	181
2.2.2.3	Empresas transnacionais.....	181
2.2.3	Nova ordem econômica internacional.....	182
2.2.3.1	O Sistema Bretton Woods.....	182
2.2.3.2	Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) .....	182
2.2.3.3	Organização Mundial do Comércio – OMC.....	183
2.3	Integração econômica.....	187
2.3.1	Estágios da integração econômica .....	187
2.4	União Europeia.....	188
2.5	Questões .....	191
<b>CAPÍTULO 3 – MERCOSUL .....</b>		<b>193</b>
3.1	Introdução .....	193
3.2	Países membros.....	194
3.3	Fontes jurídicas e vigência das normas .....	195
3.4	Estrutura institucional .....	195
3.5	Sistema de solução de controvérsias .....	199
3.5.1	Reclamações de particulares .....	203
3.5.2	Solução de controvérsias entre o Mercosul e outros países .....	203
3.6	Questões .....	204
<b>CAPÍTULO 4 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....</b>		<b>207</b>
4.1	Noções introdutórias .....	207
4.2	Territorialidade da Lei 12.529/2011 .....	208

4.3	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência .....	209
4.3.1	Introdução .....	209
4.3.2	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ...	210
4.3.2.1	Estrutura.....	210
4.3.2.2	Tribunal Administrativo.....	210
4.3.2.3	Superintendência-Geral .....	215
4.3.2.4	Departamento de Estudos Econômicos .....	217
4.3.2.5	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF .....	218
4.4	Infrações à ordem econômica .....	219
4.4.1	Introdução .....	219
4.4.2	Infrações à ordem econômica na Lei 12.529/2011 .....	220
4.4.2.1	Infrações à ordem econômica em espécie .....	223
4.4.2.2	A regra da razão .....	225
4.5	Procedimentos administrativos nas infrações à ordem econômica	225
4.5.1	Cumprimento das decisões.....	227
4.5.2	Inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica e do procedimento preparatório .....	227
4.5.3	Processo administrativo para imposição de sanções admi- nistrativas por infrações à ordem econômica .....	229
4.5.4	Penas .....	231
4.5.5	Prescrição .....	235
4.5.6	Medidas preventivas.....	235
4.5.7	Compromisso de cessação da prática lesiva à ordem econô- mica .....	236
4.5.8	Acordo de leniência.....	238
4.6	Execução judicial das decisões do CADE .....	240
4.6.1	Do processo de execução .....	240
4.6.2	Da intervenção judicial .....	241
4.7	Atos de concentração .....	243
4.8	Processo administrativo no controle de atos de concentração eco- nômica .....	246
4.9	Questões .....	250
	<b>CAPÍTULO 5 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....</b>	<b>251</b>
5.1	Introdução .....	251

5.2	Disciplina Constitucional .....	252
5.3	Regulamentação infraconstitucional .....	253
5.4	Estrutura do Sistema Financeiro Nacional .....	253
5.4.1	Subsistema Normativo ou de Supervisão.....	253
5.4.1.1	Conselho Monetário Nacional (CMN) .....	253
5.4.1.2	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).....	255
5.4.1.3	Banco Central do Brasil (Bacen) .....	255
5.4.1.4	Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....	256
5.4.1.5	Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) .....	258
5.4.1.6	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ...	259
5.4.1.7	IRB – Brasil Resseguros (IRB-Brasil Re) .....	260
5.4.1.8	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC .....	260
5.4.1.9	Superintendência Nacional de Previdência Complementar – (PREVIC).....	260
5.4.2	Subsistema operativo .....	261
5.4.2.1	Instituições bancárias.....	262
5.4.2.2	Instituições não bancárias .....	263
5.4.3	Instituições de natureza especial .....	265
5.4.3.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES .....	265
5.4.3.2	Caixa Econômica Federal .....	265
5.4.4	Quadro sinótico – Subsistema operativo.....	266
5.5	Atualização monetária.....	266
5.6	Questões .....	268
<b>CAPÍTULO 6 – PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR.....</b>		<b>271</b>
6.1	Introdução .....	271
6.2	Aplicação do CDC no tempo e âmbito de incidência .....	272
6.3	Conceito de consumidor .....	273
6.4	Conceito de fornecedor .....	274
6.5	Princípios vigentes nas relações de consumo.....	275
6.6	Direitos básicos do consumidor .....	276
6.7	Responsabilidade solidária dos causadores do dano .....	279
6.8	Proteção à saúde e segurança do consumidor .....	279

6.9	Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	281
6.10	Responsabilidade por vício do produto e do serviço .....	284
6.11	Responsabilidade no fornecimento de serviços públicos.....	288
6.12	Decadência e prescrição .....	289
6.13	Desconsideração da personalidade jurídica ( <i>disregard of legal entity</i> ) .....	290
6.14	Práticas comerciais.....	291
6.14.1	Oferta.....	291
6.14.2	Da publicidade .....	293
6.15	Das práticas abusivas .....	295
6.16	Cobrança de dívidas .....	297
6.17	Bancos de dados e cadastros de consumidores .....	298
6.17.1	Responsabilidade civil pela inscrição indevida.....	300
6.17.2	Cadastros de reclamações .....	301
6.18	Proteção contratual.....	301
6.18.1	Cláusulas abusivas .....	302
6.18.2	Contratos de crédito e financiamento .....	304
6.18.3	Contratos de compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia .....	304
6.18.4	Contratos de adesão.....	305
6.19	Das sanções administrativas.....	306
6.20	Das infrações penais.....	308
6.21	Da defesa do consumidor em juízo .....	309
6.21.1	Ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos.....	311
6.21.2	Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.....	312
6.21.3	Da coisa julgada .....	313
6.22	Questões .....	314
	<b>GABARITO .....</b>	<b>319</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>323</b>
	<b>ANEXO – QUESTÕES COMENTADAS .....</b>	<b>327</b>
	Contribuição de intervenção no domínio econômico .....	327
	Despesas públicas .....	329



Receitas públicas.....	334
Sistema Financeiro Nacional .....	339
Controle interno e externo .....	340
Orçamento público.....	341
Precatórios.....	342
Empréstimos públicos.....	345
Ordem econômica na CF/1988 .....	347
Mercosul .....	352